

Deputado depõe hoje sobre irregularidades

BRASÍLIA — O Conselho Deliberativo do Instituto de Previdência dos Congressistas (IPC), formado por 18 membros, ouvirá hoje, às 11h30m, as explicações do Deputado Gustavo de Faria, acusado de ter dado um desfalque na entidade. O Presidente do IPC, Senador Ruy Bacelar, cogitou, inclusive, a convocação do Conselho Consultivo do órgão — formado pelos Presidentes da Câmara, do Senado e ex-dirigentes do Instituto — para apreciar a suspensão e cassação dos mandatos dos parlamentares envolvidos na mal-versação dos recursos da entidade. Esta é também a sugestão do Vice-Presidente da Mesa da Câmara, Deputado Inocêncio Oliveira (PFL-PE), que defende a apreciação da questão em

conjunto pela Câmara e Senado.

— A cassação é um assunto político, que caberá aos deputados decidir — tentou esquivar-se o Presidente do IPC ao comentar o caso de Gustavo de Faria.

Bacelar não descartou, no entanto, a possibilidade de o Senado vir a dispensar o mesmo tratamento ao Senador Odacir Soares, caso fique comprovado seu envolvimento nas irregularidades.

— Não vejo por que se deva ter dois pesos e duas medidas.

Ruy Bacelar revelou que somente ontem as cautelas das debêntures, adquiridas no final de 88, foram entregues ao IPC. Ele explicou que isso

deveria ter ocorrido no início de janeiro, pois o prazo de praxe nesses casos não excede 20 dias.

Segundo o Senador, o objetivo da auditoria e da coleta de depoimentos dos ex-dirigentes da entidade é encontrar uma fórmula de anular todas as operações realizadas por Gustavo de Faria sem autorização do Conselho Deliberativo.

Bacelar contou ter sido procurado pelo Deputado logo depois que a imprensa divulgou, pela primeira vez, as irregularidades cometidas no órgão, no dia 27 de abril. Na ocasião, Gustavo de Faria lhe disse que poderia dirimir muitas dúvidas antes que os resultados iniciais da auditoria fossem publicados na imprensa.